

Em visita ao BNDES, entidades solicitam manifestação contra demissões que comprometem o sistema

Entidades representativas dos trabalhadores da Eletrobras estiveram no BNDES solicitando sua intervenção enquanto acionista das Centrais Elétricas Brasileiras — Eletrobras — em relação ao quadro atual em que as tentativas de demissões em massa podem comprometer o sistema elétrico como um todo, citando que a ação temerária da empresa, já apresenta problemas como os apagões no Acre, Rondônia e Bahia.

Na ocasião, a categoria esteve representada pelos Sindicatos — Sintergia-RJ, Sengerj, Sindecon e Sinaerj — e pelas associações dos empregados da Eletrobras (AEEL) e de Furnas (Asef), e deram informes sobre as dificuldades enfrentadas durante a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2024/2025 que foi iniciada oficialmente em março deste ano com a entrega da pauta de reivindicações da categoria, definida em assembleia livre e democrática, e teve a primeira reunião de discussão do ACT realizada em abril.

A partir daí, apesar de todos os esforços das entidades representativas da categoria em construir um ambiente proativo para conclusão do processo, a empresa vem insistindo em uma proposta que se aceita resultaria na demissão de aproximadamente 20% do quadro de trabalhadores atual, cerca de 2.000 trabalhadores, via programa de demissão voluntária; flexibilização para a troca dos demais 80%, o que burla o sentido da cláusula de quadro mínimo do ACT vigente, que tem como premissa principal preservar um quadro técnico experiente para garantia da manutenção e da operação do Sistema Eletrobras em nível nacional.

Já oficializamos nossas reivindicações e preocupações em ofício enviado ao presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, em que, basicamente, solicita-

mos que o mesmo se manifeste junto à Eletrobras sobre a responsabilidade da empresa em garantir a manutenção de um sistema construído ao longo de décadas por uma categoria competente e comprometida com o futuro do País.

JULGAMENTO DA ADI 7385



O CNE se posicionou, também, quanto a notícias veiculadas na mídia sobre um pretensão acordo entre o Governo e a Eletrobras, que resultaria no aumento do número de cadeiras no Conselho de Administração de nove para 10, com a União tendo três vagas e a antecipação da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) por parte da Eletrobras, com a União assumindo integralmente a Eletronuclear em troca de ações detidas pelo Estado. Se consumado tal acordo, a ADI 7385 que tramita no STF seria retirada, o que, para o CNE, legitimaria a lesa pátria que tem recebido seguidas críticas do presidente Lula.

A posição do CNE é de apoio à ADI 7385 e o seu julgamento pelo STF, caso o acordo não contemple a retomada do poder de voto da União, proporcional às ações que detém da Eletrobras.